

STJ divulga entendimento sobre concessão de Justiça gratuita

O Superior Tribunal de Justiça disponibilizou nesta segunda-feira (30/11) quatro novos temas na [Pesquisa Pronta](#). Para a corte, o patrocínio da causa pela Defensoria Pública não garante, de maneira automática, a concessão de assistência judiciária gratuita, sendo necessário o preenchimento dos requisitos previstos em lei.

O tribunal também possui entendimento no sentido de reconhecer a legitimidade do Ministério Público Federal para o ajuizamento de ação civil pública em defesa dos interesses dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Direito Previdenciário

A jurisprudência do STJ orienta que, nos planos de benefícios de previdência complementar administrados por entidade fechada, a previsão regulamentar de reajuste com base nos mesmos índices adotados pelo regime geral de Previdência Social não inclui a parte correspondente a aumentos reais.

Direito Tributário

Sobre execução fiscal, a corte tem o entendimento de que não há possibilidade de renovar, por meio da oposição de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença, as questões decididas definitivamente em exceção de pré-executividade, em razão da preclusão. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Date Created

30/10/2017